

Na América Latina, ninguém até hoje cumpriu as metas do Fundo

De todos os países que fizeram acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), até hoje, só a Inglaterra chegou a cumprir as metas estabelecidas. As nações do Terceiro Mundo e o FMI ainda não conseguiram acertar o passo, e na América Latina nenhum país manteve em dia os programas feitos com o Fundo. Alguns cumpriram com êxito as metas na área externa, como o Brasil e o México, ainda que às custas de alguma recessão e com altas taxas de inflação. Outros, como a Argentina, conseguiram zerar o déficit público em 1985, mas o resultado da balança comercial (importações e exportações) não foi dos melhores. Onde está o erro?

As alas menos ortodoxas, das quais faz parte o economista Edmar Bacha, dizem que o erro reside nas políticas do Fundo, criado em Bretton Woods em 1944, que já estão obsoletas. O argumento é que elas não se adaptam às peculiaridades dos países latinos e tentam impor uma receita de bolo a todos eles. O fato é que, diante de tantos insucessos, o FMI resolveu mudar. Governos de grandes potências financeiras como Japão e Estados Unidos vieram a público declarar que o Fundo estava mais flexível e passava a fixar metas mais longas. Mas até agora essa estratégia não surtiu efeito.

O México fez um acordo com o Fundo em 1986 e é um exemplo clássico do que significa bater às portas do FMI, pelo menos na América Latina. No front externo o êxito foi total: a balança comercial subiu 100% de 1986 para 1987 e as reservas chegaram a aumentar 198% no mesmo período (ver tabela). Mas para sustentar esse crescimento o México promoveu uma grande recessão ilustrada por estes números: o Produto Interno Bruto (PIB) caiu de US\$ 127 bilhões em 1986 para US\$ 123 bilhões neste ano, de-

pois de ter chegado a US\$ 177 bilhões em 1985.

O déficit continua sendo a grande ferida da economia mexicana e este ano deve chegar a 16% do PIB. Mesmo diante dos resultados externos, a economia cresceu apenas 1% em 1987, e teve um resultado negativo de 3,5% do PIB em 1986, contra o crescimento de 2,8% em 1985. Antes do acordo com o Fundo a inflação mexicana era de 57% ao ano, depois ela passou a 86% em 1986 e chegará ao fim de 1987 a 130%. Os meios de pagamentos (dinheiro em poder do público mais depósitos à vista) aumentaram em 66% de 1986 para 1987.

Esses números foram divulgados por Carlos Peláez, Diretor do Chase Manhattan S.A. (um dos maiores bancos americanos e o segundo maior credor do Brasil, com créditos de US\$ 3,1 bilhões). Peláez morou alguns anos no México e na Argentina, e entrou em contatos com autoridades dos dois países para atualizar suas informações sobre a economia dessas nações. Ele é cubano, mas está há 14 anos no Brasil e, entre seus 14 livros publicados, um deles analisa o Plano Austral e o Cruzado.

Os resultados externos do México ficam por conta das desvalorizações cambiais, explicou Peláez, que acabam pressionando a inflação, e de uma elevação das taxas de juros interna, que inviabiliza o crescimento. Mas foi com a alta dos juros que o Governo conseguiu repatriar US\$ 4 bilhões pertencentes a mexicanos, até então depositados em mercados estrangeiros mais atraentes.

De acordo com o Diretor do Chase, o último acordo que o México fez com o Fundo neste ano estipulando metas para seis meses demorou oito meses para ser firmado e o programa, por incrível que pareça, não foi divulgado até hoje pelo Governo mexicano. No

anterior, em 1986, as metas foram mais ou menos cumpridas, disse Peláez. No último acordo o México conseguiu US\$ 6 bilhões em dinheiro novo e **spread** (taxa de risco) de 0,8% acima da **libor** (taxa interbancária de Londres).

Na sua opinião, o déficit mexicano vem subindo e com isso se distanciando cada vez mais da meta estipulada pelo Fundo. Ele chegou a essa conclusão observando os sucessivos aumentos das taxas mensais de inflação, que este ano deve chegar a 130%, contra 86% no ano passado. A questão em torno do déficit mexicano lembra a do Brasil. Segundo o Diretor do Chase, tanto lá como cá, se o argumento equivocado de que a pressão do déficit é financeira, ou seja, está no pagamento dos juros das dívidas externas e internas.

Na Argentina o problema é inverso. Ela fez um acordo com o Fundo em 1985 e outro em janeiro de 1987, quando conseguiu US\$ 1,9 bilhão de dinheiro novo e estipulou metas até o primeiro trimestre de 1988, embora ele deva ser revisto em função do novo congelamento de preços. Os argentinos conseguiram zerar o déficit em 1985, ainda que às custas de alguma recessão (crescimento negativo de 4,9%), quando a expectativa era de que ele chegaria a 10% naquele ano.

Em compensação, o resultado da balança comercial foi desastroso, caindo 52% de 1985 para 1986. A situação externa na Argentina é pior porque os juros da dívida pagos anualmente são maiores do que o saldo da balança comercial, conforme demonstra a tabela. As reservas também caíram no período. A meta fixada no acordo com o FMI era de se chegar a um superávit de US\$ 2,5 bilhões no fim do ano, mas o Governo calcula que US\$ 1,2 bilhão é o máximo que eles conseguirão em 1987.